



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS
DOS ANIMAIS**

PRESIDENTE: XEXÉU TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Declaro aberta a 6ª Audiência Pública Virtual da Comissão Extraordinária Permanente de Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/auditorios-online, bem como pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube.

A pauta desta Audiência é a discussão sobre as formas de legislação como instrumento de apoio para redução do consumo de plástico nas cidades.

Gostaria de agradecer a presença da Lara e do Zamboni, principalmente, pelo trabalho incrível que estão realizando frente à Oceana. Também agradeço a presença do Secretário de Mudanças Climáticas Pinheiro Pedro.

Neste início gostaria rapidamente de fazer um resumo do meu trabalho legislativo no meu primeiro mandato, de quatro anos, e mais oito meses do segundo mandato. É um trabalho totalmente junto com o meu time, com a minha equipe que me apoia desde o início do primeiro mandato para reduzir a quantidade excessiva de plásticos na cidade de São Paulo.

Em 2018, lançamos o movimento Último Canudo, um movimento para conscientizar a população sobre esse tema. O canudo se tornou símbolo do plástico desnecessário. A educação ambiental é a base de qualquer ação. O cidadão é o principal agente transformador – e pode ser um cidadão comum, um CEO de uma grande empresa ou um líder de governo.

Bruno Covas foi um líder corajoso e engajado na causa ambiental e animal. Em 2019, levei a ele o compromisso global da nova economia do plástico, o maior plano de ações no combate da poluição plástica liderado pela Fundação Ellen MacArthur e ONU Meio Ambiente que une governos, empresas e sociedade pela mesma visão. O Bruno assinou o mais rápido possível. Do momento em que levei o compromisso a ele, não demorou mais do que quinze dias para que ele assinasse.

São Paulo foi a primeira cidade da América Latina a fazer parte desse acordo. Essa é a postura que se espera da quarta maior cidade do planeta e que abre caminhos para que outros municípios do País possam seguir. Até 2025, a Cidade tem o dever de reduzir o

consumo plástico e estar alinhada com os princípios da economia circular.

Por aqui, sigo fazendo o que é possível dentro das minhas competências legislativas como Vereador. A lei para banir o fornecimento do canudo em estabelecimentos comerciais foi a minha primeira lei e que reforça para que a população tenha os erros da sustentabilidade em mente: repensar, recusar, reduzir.

Bruno sancionou a lei em junho de 2019. Em julho, foi a vez do Governador de São Paulo seguir o caminho da Cidade e sancionar a Lei Estadual. Vale lembrar que São Paulo tem um dos maiores litorais do Brasil. Já em janeiro de 2020, mais uma vez, Bruno Covas teve o entendimento para ir além do canudinho e sancionar a lei para banir cinco itens de plástico de uso único: copos, talheres, pratos, mexedor de bebidas e hastes de balão. Essa lei seguiu as diretrizes da lei da União Europeia.

Devido à crise sanitária, a lei deveria entrar em vigor em janeiro de 2021, porém teve seu prazo estendido, obviamente, por motivos que a gente vem enfrentando até agora. Depois de um ano e meio de Covid e o aumento exorbitante das embalagens descartáveis, a lei se faz mais necessária e urgente do que antes.

Amanhã, completa um ano da sanção da Lei Água da Casa: bares e restaurantes deverão oferecer a água gratuita e filtrada aos clientes e a informação deve constar de modo visível no cardápio. A escolha será nossa, será do cliente, beber água com ou sem plástico. Essa lei teve o apoio da sociedade civil. Foi um pedido que recebi de duas advogadas: Dra. Fernanda Ávila e da Dra. Dhainna Leonardi, idealizadoras do movimento Me Conta Direito. O pedido foi entregue junto a uma petição com mais de sete mil assinaturas. A Lei Água da Casa foi sancionada em 10 de setembro de 2020 e teve um ano de prazo para que os estabelecimentos se adaptassem às novas exigências antes de entrar em vigor.

Estamos aguardando a regulamentação do Executivo, mas as pessoas já estão entendendo a importância de suas escolhas, assim como fizeram com o canudinho que mesmo sem a lei estar sancionada há mais de um ano, com a notícia, já começaram a recusar o uso do canudo plástico.

Já passamos da hora de discutir a relação do homem com o meio ambiente. Isso aconteceu pela primeira vez em 1972. A primeira conferência da ONU trazendo a questão ambiental em uma época em que nem se falava em mudanças climáticas foi em Estocolmo, em 1972. Teve a presença de 113 países, incluindo o Brasil. Infelizmente o nosso representante do momento não tinha consciência da questão ambiental e entrou para a história com a seguinte frase: “Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde”. Dá até um arrepio ler isso. Pois é, depois de cinquenta anos a conta chegou com juros, correção, inflação e tudo o que estamos vendo por aí.

Em agosto deste ano, a ONU apresentou o mais recente relatório do IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. O alarme disparou, a conta está muito mais alta do que qualquer Ministro poderia imaginar. O preço dessa conta já exterminou mais da metade da vida selvagem. Agora, quem corre o risco de extinção somos nós, humanos. Isso não é sensacionalismo, é a ciência tocando esse alarme.

Temos a responsabilidade de não continuar repetindo o mesmo erro. O Brasil não é o vilão, temos plena consciência de sua importância em diversas áreas. O plástico não é o vilão, temos plena consciência de sua importância em diversas áreas. O plástico também tem dado uma enorme colaboração nessa crise ambiental. Já há microplástico na água que bebemos, no ar que respiramos, no solo, no Everest ou em qualquer lugar, até nos nossos pulmões descobriram que temos microplástico.

Não vou falar nem de ansiedade e injustiça climática, mas não dá mais para negar que é preciso achar um equilíbrio agora, hoje. O relatório Um Oceano Livre de Plástico é um estudo impressionante que levou mais de um ano para ser concluído e reúne muita informação. Gostaria que depois todos tivessem acesso a esse relatório que é uma aula. Um trecho que resume o que estamos fazendo por aqui e outros governos também, torcemos para que o Governo Federal também faça algo urgente. É possível fazer essa transição de valores, ter vontade política é fundamental e vejo isso no Prefeito Ricardo Nunes, que tem dado continuidade às ações em prol do meio ambiente.

Registro a presença do Vereador Alessandro Guedes, Vice-Presidente da Comissão Extraordinária de Meio Ambiente e Direito dos Animais.

Vou chamar agora o Secretário de Mudanças Climáticas: Antonio Fernando Pinheiro Pedro. E, logo em seguida, Ademilson Zamboni e Lara Iwanicki, da Oceana.

Obrigado Secretário, passo o bastão a V.Exa. para que possamos discutir e falar sobre esse assunto que é para ontem. Muito obrigado pela presença.

O SR. ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO – Bom dia, Vereador Xexéu Tripoli, é um prazer estar aqui. Aliás, minha vontade é de estar nessa Audiência diretamente, havíamos combinado, cancelei um compromisso que tinha hoje pela manhã fora do gabinete para estar presente, e de repente o Prefeito me convocou para uma reunião pública, daqui a pouco, com o Presidente da Sabesp, para conversarmos sobre a questão da segurança hídrica, em São Paulo, então é convocação e não tenho como recusar.

Falando em segurança hídrica, isso tem absolutamente tudo a ver com este histórico belíssimo que V.Exa. colocou no início desta Audiência. Esse trabalho nosso, que é conjunto entre o Legislativo e o Executivo, aliás, com um belíssimo histórico com a participação de V.Exa., de implementação do combate ao uso excessivo do plástico dentro da Administração Municipal, é algo com o que comungamos diretamente.

Entendemos que a questão do plástico deve ser muito bem equacionada, a redução do uso do material é um objetivo de todos nós e é um objetivo mundial. Temos problemas gravíssimos relacionados ao manejo desse material. A reciclagem é complexa. E devemos dar, inclusive, um nível de destino na economia circular para o plástico até para além da reutilização, da reciclagem, até para a busca eventual de uma sustentação energética, de maneira a eliminarmos vestígios do material.

Portanto, o trabalho a ser desenvolvido a partir desta Audiência contará com o apoio, Vereador Xexéu, de nossa Secretaria. Estamos absolutamente abertos para o acompanhamento dessa proposição e estamos também dispostos a dar o suporte técnico necessário a V.Exa. para que possamos encaminhar essas questões visando uma orientação e

uma conjugação de esforços com o Executivo paulistano e com a nossa Câmara de Vereadores. V.Exa. pode contar com o nosso gabinete em apoio a essa iniciativa. Forte abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, Secretário, pela presença e pela mudança de agenda para poder estar conosco na abertura e já agradeço ao Waldir Agnello, Chefe de Gabinete, que vai acompanhar. Acho importantíssimo que V.Exa. receba, inclusive, já peço ao pessoal da Oceana que encaminhe o relatório que está em minhas mãos, que realmente é uma aula, muito didático, direto e objetivo, para que a gente possa formular leis e iniciativas para reduzir, urgentemente, o uso desse material tão tóxico a todos nós.

Sr. Secretário, já que V.Exa. estará junto ao Prefeito Ricardo Nunes, peço que comunique a ele que estamos nesse empenho, para que ele saiba, embora já tenha me declarado o seu apoio em todas as iniciativas... Mas acho que é importantíssimo saber que vamos precisar muito do apoio dele, em breve, para que possamos evoluir rapidamente.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Ademilson Zamboni, Diretor-Geral da Oceana Brasil.

O SR. ADEMILSON ZAMBONI – Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta Audiência, motivo pelo qual estou muito honrado. E, na pessoa do Vereador Xexéu, eu gostaria de agradecer e cumprimentar todos os presentes e os que nos assistem *on-line*.

Sou Diretor-Geral da Oceana Brasil, mas antes de qualquer título dessa natureza eu sou um oceanólogo e tenho uma conexão muito forte com a capital de São Paulo, onde fiz o meu mestrado, o meu doutorado, e onde trabalhei durante muitos anos, mesmo viajando toda semana de Brasília a São Paulo; de modo que tudo o que acontece na Capital paulista me interessa e nós acompanhamos muito de perto, porque sabemos que isso tem repercussão nacional em termos de comportamento e que pode ser replicado em outras cidades.

O que é a Oceana? O que uma organização do terceiro setor, do nosso perfil, faz? Por que estamos tratando desse tema da poluição por plásticos? A Oceana é uma organização

internacional, sem fins lucrativos, apartidária, que foi fundada em 2001 por um grupo de outras grandes fundações e é a chave que faltava no mundo: uma organização 100% dedicada à proteção dos oceanos. Já havia outras organizações que trabalhavam muitos temas, mas nenhuma que fosse absolutamente dedicada à proteção dos oceanos.

Estamos no Brasil desde 2014. Inicialmente, com uma agenda mais voltava para a proteção dos oceanos e a pesca, com esse enfoque originalmente; mas migrando agora para todos os temas que a Oceana trabalha internacionalmente, sempre com abordagem nacional.

Dentro desse contexto, a Oceana conseguiu mais de duzentas vitórias no mundo todo, nas quais estão incluídas desde a criação de áreas marinhas protegidas, o banimento de práticas insustentáveis de pesca, o banimento de áreas de prospecção e de exploração de petróleo, o atendimento a grandes acidentes com petróleo no mundo todo, outros assuntos associados à poluição marinha e costeira ligados à mineração, e assim por diante. Isso significa que ajudamos a proteger mais de dez milhões de km² em vários oceanos no mundo.

Para ter esses resultados em vinte anos – pois estamos comemorando vinte anos de vida –, essa organização se multiplicou e hoje está presente em mais de treze países, na América do Sul: Brasil, Peru, Chile; depois, em Belize, no México; no Alasca, Canadá; em toda a União Europeia e na Ásia, baseados nas Filipinas. Isso nos leva a trabalhar numa perspectiva global, mas se tratando de temas locais, que são tratados por equipes de cada país, compostas por pesquisadores, advogados, e assim por diante.

E como uma organização do nosso perfil trabalha? Isso vai se refletir na apresentação que a Sra. Lara fará a seguir sobre o conteúdo do relatório e sobre as perspectivas de regulação internacional para esse tema da poluição por plástico.

Somos uma organização 100% baseada em ciência, baseada em evidências científicas comprovadas por renomados cientistas dos setores onde nós trabalhamos, seja do grupo dos que estão abrigados nas nossas equipes ou por grandes pesquisadores no mundo todo que fazem parte de uma rede que a Oceana criou para esse seu trabalho. E com base nisso nós buscamos mobilizar as pessoas para os temas sobre os quais estamos trabalhando.

E quando digo mobilizar é incluir as diferentes perspectivas de um determinado problema na discussão, para que a melhor solução possa ser encontrada sempre no campo da proteção dos oceanos. E esse esforço e mobilização vai desde os movimentos mais da base da comunidade, quando se associa à pesca, ou os grupos mais corporativos, aí os grupos mais políticos e assim por diante.

Vereador, o senhor disse no início dessa nossa Audiência que a ideia da discussão que começa lá com o canudinho é no elemento mobilizador que poderia ir desde o cidadão comum a um CEO, que também é um cidadão comum que tem que tomar as decisões. E assim é a mesma coisa que nós fazemos. E esse esforço mobilizador demanda um forte esquema e um forte trabalho de comunicação. Então esses três elementos já se encadeiam naturalmente para que nós possamos avançar para uma quarta estratégia, uma quarta parte dessa nossa estratégia, que é o advoca-se. É aquilo que nós chamamos: “Bom, como é que nós fazemos com que essa pauta que nos é tão cara, seja ela qual for, consegue penetrar não somente no campo da sociedade, mas no campo político dos tomadores de decisão”? Isso é advoca-se. E, por fim, esse advoca-se se converte numa regulação que possa refletir em uma transformação política: seja ela da criação de uma nova política pública, na melhoria de uma política pública, ou na transformação de uma política pública.

Enfim, e assim nós convertemos essa nossa estratégia em cada um desses campos que nós trabalhamos no mundo todo. Primeiro, acabar com a sobrepesca no mundo, que é um problema global. E um dia vamos falar sobre isso aqui. Reduzir o *bycatch*, que são as capturas acidentais. Ou seja, quando você vai pescar ou vai capturar uma espécie que não é a espécie alvo, isso causa diversos danos à biodiversidade de forma geral. A proteção de habitats muito sensíveis – desde os habitats de corais, fundos marinhos, que devem ser protegidos, e que são essenciais para a vida nos oceanos. E aí eu diria que é uma das campanhas que nunca acaba para gente, que é uma luta constante: transparência por dados públicos e dados privados aos quais a sociedade deveria ter acesso para tomar as suas próprias decisões e fazer escolhas. E quase nunca esses dados estão disponíveis. Então

lutamos muito por esse processo de transparência na informação que chega, tanto para o cientista quanto para o público em geral.

Por fim, algo que se conecta diretamente com o nosso tema aqui hoje: a redução da poluição em escala global. E hoje tratamos essencialmente da questão do plástico.

Ainda um pouco sobre isso: quando falamos de plástico, e já foi bem colocado aqui, nós estamos falando de petróleo. Manter o carbono onde ele deve estar, no fundo dos oceanos, é o que deveríamos buscar, especialmente, buscarmos energias mais limpas e mantermos esse carbono onde ele está.

Mas o que é o plástico, na verdade? É um confete do petróleo, por sua forma fragmentada e colorida. E que nos foi oferecido como uma solução em todas as suas formas. E nem todas as suas formas são adequadas, necessárias e, do ponto de vista da gestão ambiental, urbana, seja ela qual for, ou gestão ambiental para soluções para o ambiente, são soluções viáveis. E ao longo desse processo nos foram “incluídas” várias ideias: “Bom, podemos produzir plástico em abundância e oferecer esse plástico sem qualquer filtro sobre se ele é útil ou não porque algumas ideias estão postas como verdadeiras”. Ou seja, uma delas é a de que a reciclagem dará conta de tudo. A segunda coisa é que inovações tecnológicas como a incineração – que não é uma inovação tecnológica, é uma inovação do ponto de vista de se encontrar uma solução falsa para o plástico – vai também dar conta de gerar energia. E, sim, vamos usar esse combustível, gerando uma energia caríssima e sem eficácia do ponto de vista de participação na nossa matriz energética.

Por fim, atribuir ao consumidor, atribuir ao cidadão toda a responsabilidade pela gestão: “Consumidor, faça a coleta seletiva”. “Consumidor, escolha o azul, em vez do vermelho, mas escolha o plástico”. Então te dão a opção da não seleção do plástico no seu portfólio de opções. Qualquer um de nós, tente ir ao supermercado e fazer uma escolha de levar o mesmo produto com e sem plástico. Tente encontrar isso. É impossível. Não existe essa escolha. Então não é justo que se atribua apenas ao cidadão uma modificação de comportamento – que é, sim, necessária, porque vai fazer com que as coisas mudem –, mas

que quem produz plástico não faça parte dessa questão, não faça parte dessa solução, entendendo que os plásticos inúteis devem, sim, ser banidos. E aí eu parablenizo a cidade de São Paulo por essa lei que limita os plásticos de uso único e também a questão dos canudos. E a ideia de oferecer água da casa que é tão comum em outros países, isso induz uma perspectiva melhor.

Por fim, esse nosso esforço se reflete numa lei nacional e nos estimula também quando vemos que São Paulo também está olhando para esse foco. Uma lei nacional ajudaria muito nessa perspectiva que temos de redução desses plásticos descartáveis no Brasil, como já é feito em outros países.

O *lobby* e a pressão são muito fortes. Organizações como a nossa recebem pressões de diferentes naturezas, mas continuamos firmes, porque é um propósito em que a gente acredita – como nós estamos nos baseando nas evidências, seguimos firmes nesse propósito.

A partir daqui a Lara, nossa Gerente de Campanhas para esse tema, vai falar um pouco do que nós encontramos nesse relatório e quais as regulações já adotadas em outros países que possam contribuir para essa discussão nessa Audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado. Agradeço ao Zamboni pelo trabalho que vem fazendo, e sei que vão continuar. Gostaria de deixar o total apoio e abertura para que juntos com o Executivo e Legislativo, a Oceana e toda a população entenda que precisamos mudar os hábitos e convencer a indústria a mudar o *design* de embalagem. Quando vão ao mercado sempre cito que quando vamos escolher uma pasta de dente com até quatro embalagens para um produto que usamos por uma semana. É impressionante. Quando nos damos conta disso, só compramos frutas porque não tem outra coisa. E temos o problema do orgânico porque alguém inventou uma lei determinando a embalagem das frutas orgânicas.

Tem a palavra a Lara, a quem agradeço a presença e colaboração. Fique à vontade, por favor.

A SRA. LARA IWANICKI – Obrigada, Vereador Xexéu, pelo convite. Bom dia a todos que estão assistindo essa Audiência Pública. Exatamente, Xexéu, antes de entrar no relatório, vemos que muitos consumidores querem a opção. A Oceana fez uma campanha junto com a ONU Meio Ambiente mais focada para o setor de *delivery*, fizemos uma pesquisa de opinião junto com IPEC e mostrou que 72% dos consumidores queriam o seu *delivery* sem plástico descartável.

Então, já existe uma percepção do consumidor e das pessoas de que isso realmente é um problema. As pessoas não querem fazer parte do problema, querem fazer parte da solução, mas, para isso, elas precisam também ter esse tipo de opção.

No contexto da campanha da poluição por plásticos da Oceana, nós lançamos, no final de 2020, um grande relatório, um trabalho de um ano com diversos especialistas, a partir de dados nacionais, dados da indústria de plástico, mas, também, trouxemos dados públicos para compor um grande relatório que vai falar desde a produção até a reciclagem, até o que temos de experiências internacionais combatendo a poluição por plástico. É um relatório de mais de cem páginas, então, quero trazer aqui só uns *highlights* dos principais números que a gente encontrou.

A nível global, sabemos que são oito milhões de toneladas de resíduos plásticos que chegam no oceano, feito a partir de petróleo, como o Zamboni muito bem lembrou. E que não são biodegradáveis, portanto, se acumulam no ambiente e vão gerar impactos por mais de quatrocentos anos ou centenas de anos.

O Brasil tem a sua parcela de responsabilidade. O nosso relatório mostrou que nosso País contribui com 325 mil toneladas desse resíduo chegando no mar, a partir de fontes terrestres, lixões a céu aberto, descarte também diretamente nas praias. Isso gera uma série de impactos ambientais.

Uma vez que o plástico chega no mar, não tem fronteiras. Então, vai sendo disperso pelas correntes marítimas e vai se fragmentando e se transformando no que chamamos de microplástico.

Essa é uma ilha de plástico que encontramos na Baía de Guanabara numa expedição que a Oceana fez em 2020, um pouquinho antes da pandemia. O que vemos é uma composição de um monte de tipos, formas e tamanhos, embalagens de produtos descartáveis que vão ficar... (Falha na transmissão.) ...99% do plástico ao chegar no mar, realmente afunda. Então, o que vemos nas fotos, imagens, vídeos, a ilha de plástico no Pacífico é só a pontinha do iceberg. O resto está realmente na coluna d'água ou afundou ou pior ainda: está no estômago de algum animal marinho, porque quando o plástico chega no mar é confundido por alimento pelas espécies. Então, temos, desde a base da cadeia alimentar *plâncton* digerindo fragmentos muito pequenos até as grandes espécies, baleias, golfinhos também ingerindo plástico.

O estudo da Oceana mostrou que 13% dos animais da nossa fauna brasileira que estão ingerindo plásticos vêm a óbito por conta disso. Então, fizemos um mapa a partir dos dados públicos da Petrobrás, do Programa de Monitoramento de Praias, e mostrou que nossos animais não só estão ingerindo como morrendo devido à ingestão do plástico, inclusive, espécies ameaçadas de extinção.

A poluição por plástico não afeta só o sistema marinho. Ela vai trazer prejuízos socioeconômicos também. Recebemos diversos relatos, fotos e vídeos de pescadores que saem para o mar e voltam com caixas ou redes cheias de plásticos. Então, à esquerda, é uma rede de malha que foi puxada, um vídeo de dois minutos em que os pescadores vão puxando a rede, e ela está inteira emaranhada com sacolinha plástica de supermercado. São toneladas de sacolas, muitas vezes, os pescadores perdem a rede inteira, tamanha a quantidade de plástico que fica emaranhada. E na foto da direita são duas caixas, uma caixa de corvina e uma caixa cheia de garrafa *pet* que foi coletada pelo pescador. Isso já traz impacto para essa atividade.

Também já tem estudos mostrando que a coleção por plástico gera impactos econômicos no setor de turismo e, como o Xexéu bem lembrou no começo da Audiência Pública, traz riscos para a saúde humana. Microplásticos são os pequenos fragmentos de

plástico e já foram encontrados na placenta humana, nas fezes humanas e mais recentemente no pulmão humano em uma pesquisa brasileira. Então, é um alerta muito grande. Os pesquisadores estão justamente nesse momento entendendo quais são os efeitos crônicos e agudos da presença do microplástico no nosso corpo. Mas, já é fato comprovado que a gente está interagindo, respirando, ingerindo plástico.

A raiz do problema está associada basicamente ao aumento da produção de plástico. Então a nível global nós temos uma média anual de produção de 400 milhões de toneladas de plástico de todos os tipos. Mas é um volume bastante impulsionado pelo setor de embalagens, que é a maior fatia desse setor produtivo. Isso é um reflexo do nosso sistema linear de produção. A gente está produzindo muita embalagem, que é o que a gente chama também de plástico de uso único. São os plásticos que foram feitos para consumo imediato e descarte logo em sequência.

O Brasil hoje é o maior produtor de plásticos da América Latina. Nossa produção nacional gira em torno de sete milhões de toneladas, das quais três milhões aproximadamente são o que a gente chama de plásticos de uso único, de consumo e descarte imediato. Dessas três milhões de toneladas, 87% são de embalagens em geral, então a gente está falando de embalagem de alimento, de bebidas, de cosméticos, de produtos de limpeza, de *delivery*, todas entram nessa categoria; e o que a gente chama também de produtos descartáveis que compõem os demais 13%. Então, são sacolas de supermercados, os talhares, os copos, os canudos, os pratos feitos a partir de plástico.

Quando a gente transforma três milhões em unidades – esse é um número bastante chocante – vemos que o Brasil está produzindo cerca de 500 bilhões de itens de plástico descartável. Então, 500 bilhões de itens que vão ser consumidos e descartados logo em seguida e não são itens que foram feitos na lógica da economia circular, ou seja, feitos para retornar ao sistema produtivo e serem reaproveitados. A maior parte desses itens vai ser descartada e virar lixo. E não tem um sistema de gestão de resíduos no mundo que consiga dar conta do volume e da velocidade da produção desses itens descartáveis.

Como consequência disso a gente vê que o que acaba acontecendo é uma geração muito grande de resíduo. Só no Brasil, a partir de dados públicos também, calculamos que sejam aproximadamente dez milhões de toneladas de resíduos plásticos e que vão ter como principal destino os aterros sanitários ou os lixões, que ainda são a realidade no nosso País. Então, isso também é o reflexo de um sistema de gestão que está bastante atrasado, em termos de taxas de coleta seletiva, taxas de reciclagem, e que simplesmente não consegue acompanhar o volume de produção. Então, estamos falando de um problema que não é mais um problema de gestão de resíduos. É um problema de produção linear que precisa ser mudado.

O Zamboni colocou um pouco aqui, mas eu quero reforçar que a reciclagem não é a solução para esse problema. A nível global a gente tem 9% de plástico que foi reciclado. É um mito que é posto, é uma narrativa que está posta, mas ela não consegue vencer a quantidade de lixo que é produzido. Nenhum outro país – mesmo os países desenvolvidos, que têm sistemas mais avançados, legislações mais avançadas que a nossa – conseguiu frear o volume de plástico descartável produzido só com a reciclagem. A gente vê que tem uma tendência internacional de olhar para a redução. Então, a quantidade de plástico que está sendo produzida é uma solução para a quantidade de lixo que é colocada no ambiente.

Quero compartilhar alguns cases de legislação internacional para mostrar que isso tem vindo nos últimos anos com muito mais força. A gente tem uma série de países que tem leis mais restritivas especificamente para as sacolas plásticas, com destaque para países africanos. Então, aqui em verde, são os países que baniram a produção, a distribuição gratuita e a importação de sacolas plásticas. Isso também inclui a China, que é o maior produtor de plásticos do mundo e alguns outros países que optaram por, ao invés de um banimento, adotar taxas, cobrança pela sacola para ela não ser distribuída gratuitamente e viram resultado com isso.

Então a gente já tem uma série de países que olharam especificamente para as sacolas plásticas. Países com leis restritivas para plástico de uso único – e aqui vai entrar as

embalagens também – então é o caso, por exemplo, da União Europeia. Também entram aqui refis descartáveis, então para a lei das sacolas plásticas entram canudos, os pratos, os copos, enfim, talheres. Entram nessa composição de plástico de uso único.

Então a gente já tem também uma série de países. Também vou destacar China, Índia, que são grandes produtores e consumidores de plásticos de uso único, e a União Europeia que tem uma das leis mais restritivas do mundo, que foi aprovada em 2019. Proíbe que sejam colocados no mercado diversos itens descartáveis e qualquer item feito de plástico oxidegradável – isso é um ponto bastante interessante, porque no nosso País temos várias leis municipais que permitem a substituição do plástico convencional por plástico oxidegradável. E aqui quero chamá-lo de oxifragmentado, porque não se degrada, torna-se microplástico, torna-se um problema muito maior. A União Europeia banuiu qualquer item feito em plástico oxidegradável, além de outros itens como: copos, sacos, sacolas, recipientes e copos de isopor. Também prevê a responsabilidade estendida do produtor, diferente da nossa legislação que prevê responsabilidade compartilhada pela gestão de resíduos, e aí fica um empurra-empurra de responsabilidade. Na Europa essa responsabilidade pela coleta e destinação é transferida exclusivamente aos produtores de embalagens. Essa lei é de 2019, mas em 3 de julho deste ano ficou obrigatório que os países membros da União Europeia transpusessem a legislação como legislação nacional.

Temos também a China, que fez uma emenda em sua lei de resíduos proibindo, por exemplo, a importação dos resíduos plásticos de outros países, e também proibiu uma série de itens em diferentes casos. Então, na primeira fase, em 2020, foram proibidas as sacolas plásticas, e canudos e talheres em municípios maiores da China. Na segunda fase, todos os itens de uso único, que distribuídos gratuitamente em hotéis, têm de ser reutilizáveis, não podem ser descartáveis. E a partir de 2025, existe um dispositivo na lei que pede que 30% dos itens que são enviados por *delivery* sejam reduzidos em todos os municípios da China. Então o maior produtor de plástico do mundo também já adotou leis mais restritivas para conter a produção e a confecção.

O Chile, recentemente, também aprovou uma lei mais restritiva, que proíbe a distribuição de copos, talheres e recipientes de isopor, pratos e sachês nos restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais. É uma lei bastante similar à lei de São Paulo, e também proíbe que seja enviado pelos *deliveries*. E segundo aos estudos que foram feitos no Chile, evitou a geração de 23 mil toneladas de plástico descartável.

Além disso, na América Latina há diversos outros exemplos. Eu poderia passar aqui uma hora só falando sobre as diversas leis. Temos também no Peru, Uruguai e Colômbia. E, em quase todos os países do Caribe já aprovaram leis mais restritivas.

Nem todos os países têm leis de banimento ou leis de *fade out*, como chamamos, mas em alguns países há leis estaduais. Por exemplo, na Austrália há diversos estados que promulgaram leis para banir sacolinhas plásticas nos supermercados e em seus comércios. Foi bastante interessante porque na Austrália os estados tiveram apoio da Associação Nacional de Varejistas que foram a favor, inclusive, desse tipo de medida em favor da substituição por sacolas de papel ou por sacolas reutilizáveis. Então temos praticamente em todos os estados, com exceção de um, a aprovação de leis mais restritivas quanto às sacolas. Pegando aqui o estado de Queensland, eles fizeram estudo que mostrou que, em seis meses, conseguiram reduzir em 1,5 bilhão de sacolinhas plásticas de uso único. Então, desde a aprovação da lei estadual, teve um impacto bastante interessante nesse caso.

E trazendo exemplo de uma lei municipal, a Cidade do México, em 2019, aprovou uma lei mais restritiva, também em fases. A partir de 2020, foram proibidas as sacolas plásticas nos setores comerciais; e a segunda fase, que começou este ano, proíbe a comercialização, a distribuição, e a entrega gratuita de uma série de itens descartáveis bastante inspirados na lei europeia. Lembrando que a Cidade do México, considerando a área metropolitana, são quase 20 milhões de pessoas, está logo atrás da cidade de São Paulo. Isso mostra a importância de municípios com população tão significativa – a cidade de São Paulo tem uma população maior do que o Chile – legislarem nesse sentido.

Aproveito então para parabenizar a sua iniciativa. É uma lei modelo no Brasil, a Lei

17.261 que proíbe itens descartáveis em São Paulo. É uma lei que deveria ser replicada não só em outros municípios, como também no Estado, até chegar a criar, enfim, uma base para uma lei nacional nesse sentido, assim como diversos países estão aprovando. E não basta só aprovar uma legislação, é preciso regulamentá-la e é preciso fiscalizá-la para que tenha efeitos. E fica aqui só o exemplo de uma cidade bastante populosa, que também foi no mesmo sentido.

Para finalizar, as restrições legislativas de plástico de uso único, elas impulsionam um novo mercado e outras oportunidades de negócios na substituição desses itens. Então, tem estudo da Ellen MacArthur Foundation que mostra que a substituição de só 20% do plástico descartável por opções reutilizáveis tem o potencial de gerar, o equivalente em reais, 50 bilhões de reais em novos negócios. Então, isso é bastante aderente à economia circular, e é uma tendência daqui para a frente. Acho que São Paulo saiu na frente e espero que também o sigam os outros municípios.

Muito obrigada, Xexéu, agradeço novamente pelo convite e a oportunidade de estar aqui compartilhando com vocês um pouco do nosso trabalho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Lara, muito obrigado. O pessoal está batendo palmas, não sei se vocês estão vendo, é a nossa assessoria. Muito bacana o que vocês fizeram, muito didático, muito simples, muito fácil de entender. Eu costumo sempre dizer nas audiências públicas, nas sessões da Comissão de Meio Ambiente, a qual presido já faz quatro anos, início do quinto ano, sobre educação ambiental. Falar em educação ambiental nos faz lembrar de criança, de escolas. Precisamos realmente levar isso para dentro das escolas, para que as crianças levem para dentro de casa a mudança de hábito.

Também muito fundamental é nós todos conseguirmos atingir o convencimento dos vereadores, dos deputados, dos políticos de todas as áreas, de todos os partidos, de todas as cores, de todas as raças, porque muita gente não tem conhecimento nenhum sobre o tema. Ouviu falar numa matéria de jornal, de tevê, nas redes sociais, mas muita gente que nós conhecemos não tem noção do que ela pode fazer para mudar tudo isso.

E nós podemos, sim, fazer mudanças simples dentro de casa, como levar uma sacola de lona ao supermercado para trazer a sua compra. É muito simples, então nós precisamos trabalhar muito no convencimento, na informação para os adultos.

É importantíssimo que nós levemos esse livro – vamos dizer assim, porque acho que tem de ter uma edição em livro desse desafio que vocês fizeram, desse estudo – para todos os cantos, para atingir a maior parte dos poderes Legislativo e Executivo de todo o País.

Hoje enfrentamos um problema político nacional, não quero entrar em detalhes nem em julgamentos, mas eu tenho até medo de tentar chegar à presidência da república com um material desses, porque muito provavelmente eles vão achar que somos comunistas. Então nós temos de fazer um trabalho de formigas, mostrando a realidade.

Não é um convencimento para torcer para um time de futebol, ou qualquer coisa assim, mas uma realidade que temos de mostrar para todo mundo que está no nosso entorno, primeiramente, depois para as pessoas mais distantes.

Quero aproveitar este pequeno intervalo para agradecer a presença da Karina Daruich, Diretora Executiva da Abicom – Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem; do Marcelo Rocha, Diretor Executivo do Instituto Ayíka; e do Rodrigo Marinheiro, da Associação Paulista de Supermercados.

Quero também registrar a presença física da nossa sempre Vereadora Soninha Francine, que está comigo sempre na luta pelo meio ambiente, pelas questões da proteção animal, sustentabilidade. Soninha tem um trabalho há muito mais tempo que eu e sempre digo que foi um exemplo para mim, foi um exemplo no último mandato como Vereadora, com o trabalho que ela fazia direto, o dia inteiro correndo para lá e para cá, para evoluirmos nas questões mais sensíveis, principalmente da população carente. Obrigado, Soninha.

Vou então abrir a palavra para os convidados. Quem quiser falar, por favor, coloque no *chat* para nós chamarmos. Como a Soninha está aqui e se inscreveu, já passo a palavra para ela, até que as pessoas coloquem no *chat* quem gostaria de dar sua colaboração para a nossa Audiência.

Soninha, a palavra é sua. Muito obrigado.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Bom dia, Vereador. Obrigada pela audiência pública, sempre megainformativa.

Eu tenho um comentário e três perguntas. Se eu passar do tempo, me avise.

O comentário. O próprio Vereador Xexéu já manifestou para nós a preocupação com a pouca efetividade da Lei da Sacolinha Plástica em São Paulo. Ele esteve conversando conosco esses dias, a Lei corajosa, de 2011 – se não me engano –, diz que é proibido distribuir e vender sacolinha plástica descartável.

Mas a regulamentação acabou sendo complacente, entendeu que, se você reutilizar a sacola do mercado para embalar o lixo, isso a torna reutilizável, o que é complacente demais, eu diria. Então achei interessante o Vereador chamar a atenção para esse ponto, porque realmente seria bom, talvez, fazer contar da lei essa versão do que é uma sacola... Não é uma sacola que seja usada uma vez de novo, que vai ser reutilizável, não é isso que nós pretendemos. E é legal que a Lara fala no *fade out*, quer dizer, com prazo para que a indústria se adapte, para que a economia se movimente e haja essa substituição.

Perguntas. Me chamou muito a atenção para isso quando nós trabalhamos com bituca, no mandato. A vida inteira, quando eu via o mar trazendo lixo, eu pensava: “Cara, como as pessoas jogam lixo na praia, que horror!” E jogam muito lixo na praia. Mas eu me dei conta, aprendi que o lixo do mar vem de todos os lugares, vem da rua, da cidade. A bituca que se joga aqui, no bueiro, vai para o rio – e em algum momento – vai para o mar.

Pergunto para a Lara e para o Zamboni se existe alguma tentativa de estudo, de pesquisa para ver de onde vem o lixo do mar. Porque tem um que é até fácil de identificar: é a rede fantasma de pesca, é coisa de navio que vem até identificada a origem de um país, tudo. Mas se esse lixo urbano que vai para o mar, até se existiria algum meio de fazer isso.

Outra coisa é uma opinião, Vereador, que eu vivo mudando. A gente vê hoje que há algumas marcas que têm identidades fortes com a questão ambiental, elas falam que aquela embalagem de perfume é feita com plástico tirado do oceano. Por um lado, eu acho muito

legal, porque está tirando plástico do oceano de verdade e está chamando a atenção para esse problema, mas eu tenho medo de que seja também algo do tipo: “Já não precisamos nos preocupar tanto, já estamos fazendo alguma coisa”. Eu fico um pouco dividida sobre isso, se não parece mais bacana do que realmente é e as pessoas podem acabar perdendo a atenção que deveriam ter com isso. Mas enquanto isso, enquanto tem plástico no oceano, ele está lá em volumes gigantescos, se essa seria uma saída, pelo menos, de transição, de realmente aproveitar em escala.

Eu já vi, Xexéu, falar várias vezes isso: latinha de alumínio não cai nem no chão, alguém pega antes de cair, porque ela tem um valor econômico.

De repente, não que as pessoas achem que tudo bem jogar, mas esse volume que já existe se ele passasse a ter um valor econômico, isso seria possível, de alguma maneira, se poderia... se a gente poderia, vai, vamos dizer, trabalhar por isso. Se é uma coisa que valeria a pena investir nesse sentido.

Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Obrigado, Soninha. Eu queria perguntar para a Lara e para o Zamboni se gostariam de anotar essas questões que vão surgir para responder no final. Há poucas pessoas para falar, acho que poderiam fazer um bloco e dar a resposta. Está bom para vocês? Ok.

Gostaria de dar a palavra para o Sr. Rodrigo Marinheiro, da Associação Paulista de Supermercados. Rodrigo, obrigado pela sua presença e sua colaboração.

O SR. RODRIGO MARINHEIRO – Eu agradeço. Bom dia, Vereador e a todos os presentes. Parabéns pela iniciativa. É muito bacana a gente ouvir lembranças boas como no caso dessa lei das sacolinhas da cidade de São Paulo.

Sobretudo quando a gente analisa o contexto no qual estamos inseridos. A gente tem agora uma COP26 pela frente. Ao mesmo tempo, a gente sabe que a despoluição do Rio Pinheiros é a menina dos olhos do Governo do Estado. O Pinheiros que corta parte da nossa querida São Paulo. As nascentes do Rio Pinheiros estão na Grande São Paulo, no Rio

Jurubatuba, nas represas, envolvimento de cidades que não têm a mesma lei municipal que São Paulo, por exemplo.

São Paulo não é uma ilha. O meio ambiente não tem fronteiras. Boas práticas são necessárias. Foi isso que chamou a atenção nesta Audiência, porque a gente está debatendo para outras cidades também, porque o meio ambiente não tem fronteiras. Isso é muito interessante.

Essa prática adotada, essa lei, que inclusive é de 2011, o nosso querido Bruno Covas era Secretário do Meio Ambiente, naquela gestão, ele era um grande entusiasta do tema. Essa lei reduziu resíduos sólidos, plástico e, certamente, a emissão de CO₂. Aí a gente volta para a COP26, estamos falando do Tratado de Paris, porque se o plástico não é consumido ele deixa de ser produzido. Também reduziu a emissão de toneladas de CO₂.

Nesse sentido, nós estamos presentes nesta Comissão para dizer que os senhores têm total apoio da Associação Paulista de Supermercados, no sentido de conduzir a nossa sociedade pelo caminho do desenvolvimento sustentável.

Nós somos grandes parceiros, iremos apoiar da melhor forma possível, fazendo com que o Poder Público, bem como o consumidor, a população, sejam os verdadeiros protagonistas dessa mudança que é necessária.

É importante que a Casa Legislativa trabalhe guiando a população, como eu disse, pelos caminhos do desenvolvimento sustentável.

Os senhores têm em nós um grande apoio. Podem sempre contar conosco.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Obrigado, pelas suas palavras.

Eu acho que todo setor industrial, comercial, político, todo mundo que acaba entendendo o problema segue na mesma direção.

Ninguém quer acabar com o planeta, é óbvio. A gente está passando por um momento de mudanças urgentes. Nós temos de – óbvio – tentar mudar de uma forma que prejudique menos possível, não só os pequenos comerciantes, os grandes, as indústrias e tudo

mais, mas que a gente tome alguma atitude.

Eu faço uma sugestão, aproveitando a presença, para que a Associação dos Supermercados possa criar uma campanha. Não vou nem falar o que pensei, porque é muito *hard*, muito mais forte. Eu pensei numa campanha dentro das lojas, para que a pessoa traga a sua sacola retornável. Porque isso vai diminuir. Se a Associação e os supermercados, que não são o vilão da questão, poderiam ajudar com campanhas. Seria legal entrar no supermercado e ver ali alguma coisa que fale para mim: traga a sua sacola, não use plástico. Fica aqui a sugestão.

O SR. RODRIGO MARINHEIRO – Inclusive, Vereador, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Claro.

O SR. RODRIGO MARINHEIRO – Em 2011, nós realizamos campanhas do gênero, sobretudo pelo período de adaptação até a legislação que proibiu a comercialização e a distribuição das sacolinhas. Fizemos campanhas, inclusive, com intervenção urbana, com sacolas retornáveis em tamanho gigante, em frente à Prefeitura, no Vale do Anhangabaú, no Parque Villa-Lobos. Fizemos essa campanha e o que é gratificante para nós é que sabemos que, embora tenhamos uma década dessas campanhas, elas fazem parte de um *case* que será apresentado pelo Governo do Estado na COP26. Olhem só, que legal!

Então, repito: os senhores podem contar conosco, sim, para que nós possamos fazer com que as leis que são benéficas para o meio ambiente – e, conseqüentemente, é claro, para a sociedade – cheguem ao maior número de municípios e localidades possíveis. Afinal de contas, como eu disse e os senhores sabem muito bem, o meio ambiente não tem fronteiras. Podem contar conosco, Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo. Agradeço sua fala. Gostaria de registrar a presença da Vereadora Ely Teruel conosco. S.Exa. gostaria de dar uma palavrinha. Então, já passo à Vereadora Ely Teruel a palavra, para que possa colaborar conosco na Audiência.

A SRA. ELY TERUEL – Oi, Vereador Xexéu Tripoli. Bom dia a todos. Bom dia ao

Sr. Rodrigo. Bom dia a todos os que estão presentes.

Eu não faço parte desta Comissão, em si, mas eu fiz questão de participar. Eu, Ely Teruel, como Vereadora da cidade de São Paulo, me importo muito, não só com a qualidade de vida dos nossos munícipes...

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – O seu microfone está desligado, Vereadora Ely Teruel. Está me ouvindo? Acho que não está me ouvindo.

A SRA. ELY TERUEL – Perdão. Vocês me ouviram?

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Não, não ouvimos. Pode retornar, por favor. V.Exa. estava falando sobre sua presença na audiência pública. Vamos lá.

A SRA. ELY TERUEL – Quero agradecer muito a V.Exa., Vereador Xexéu Tripoli, por ter trazido esse tema tão importante a esta audiência. Parabenizo todos os convidados, todos os que estão se colocando à disposição, como o próprio Sr. Rodrigo, para fazer, como V.Exa. sugeriu, campanhas nos supermercados. Eu acho que é de grande importância.

Eu não faço parte desta Comissão do Meio Ambiente, em si, mas não podemos deixar de participar de um ato tão importante como esta Audiência e, também, de falar do assunto, não é, Vereador Xexéu Tripoli? Envolve não só a nossa qualidade de vida, mas também a dos animais. Estamos vendo o Vereador Xexéu Tripoli como um grande atuante nessa questão. Eu, obviamente, gosto muito, também. Porém, tenho trabalhado diversos temas e focado, também, no meio ambiente.

Esta semana, eu recebi um vídeo de alguns moradores, ali, da represa. Eu até preciso colocar isso em Plenário, para entendermos que, realmente, ali, está impossível o mau cheiro. Os resíduos plásticos estão tomando conta da região totalmente e é aquilo que o Sr. Rodrigo falou. É uma frase muito poderosa: “O meio ambiente não tem fronteiras”. Isso é muito bacana de ouvirmos do Sr. Rodrigo. Ouvimos, também, do Vereador Xexéu Tripoli, sobre a vontade de criar essa campanha maravilhosa, junto aos supermercados.

Eu acredito que, nesta pandemia, alguns supermercados tiveram uma contribuição muito grande. Porém, tivemos, hoje, o aumento de muitos alimentos. Por exemplo, acabamos

comprando uma sacola retornável, ali, no mercado, e ela custa entre R\$ 5,90 e R\$ 11,90. Ou seja, a pessoa não pode deixar de comprar o arroz, o feijão ou o açúcar, para comprar uma sacola nesse preço. Acho que seria viável, também, fazermos uma campanha para amenizar isso e conscientizar as pessoas de que fazer o bem ao meio ambiente não precisa ser tão caro.

Então, só gostaria de falar sobre esse assunto com vocês. Desculpem, até minha fala muito extensa, mas estou muito preocupada, sim, com o futuro das nossas crianças, com o futuro do nosso País, com o futuro dos nossos animais que, vira e mexe, estão perdendo as suas vidas por causa do plástico. Enfim, é uma preocupação que eu, como mãe, cidadã e Vereadora, tenho.

Muito obrigada. Parabéns pela audiência.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, Vereadora Ely Teruel. É uma Vereadora realmente preocupada com a proteção animal. Já conversamos bastante em Plenário. É preocupada com toda essa questão da sustentabilidade. Como falou, eu não vejo um Vereador contrário a algum desses temas. É por isso, inclusive, que as minhas leis foram aprovadas na Câmara – algumas, até, praticamente de forma unânime. Todos os Vereadores aprovaram. Assim, temos de expandir esse conhecimento e essa situação, para que todos possam colaborar com isso.

Obrigado, Vereadora Ely Teruel, pela presença.

A SRA. ELY TERUEL – Só para finalizar, parabenizo todos vocês e os convidados, que estão se expressando de uma forma muito preocupante com a questão do meio ambiente e com o desenvolvimento em si.

Muito obrigada e pode contar comigo, pois eu estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Obrigado, Vereadora Ely Teruel. É um prazer estar com V.Exa. aqui.

Gostaria de chamar, agora, a Sra. Karina Daruich, Diretora Executiva da Abicom – Associação Brasileira de Biopolímeros Compostáveis e Compostagem.

A SRA. KARINA DARUICH – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os presentes. Obrigada pela oportunidade e o convite de estar aqui nesta audiência pública que é muito importante para a sociedade e para o meio ambiente. Parabenizo a Oceana pela apresentação e pelo estudo, foi uma colocação muito bem feita do que acontece com o plástico no mundo.

Estou representando a Abicom, que é uma associação de classe que tem por finalidade incentivar o desenvolvimento da indústria de biopolímeros compostáveis no Brasil e também da compostagem. A Abicom é a única associação que tem um ciclo fechado, considerando o ciclo biológico da economia circular que trabalha também com os resíduos orgânicos. E ela trabalha para disseminar o conhecimento e informações sobre estudos de compostáveis, que também são conhecidos como biodegradáveis. E também visa incentivar a compostagem como destinação correta para resíduos orgânicos que, apesar de milenar, ainda é pouco trabalhada.

Venho aqui expor para os senhores uma preocupação muito grande da associação com relação às leis que estão surgindo. Em 2011 – muito bem colocado pelo Rodrigo Marinheiro e pela Vereadora Soninha –, foi uma lei muito importante com o banimento das sacolas plásticas nos supermercados. Na época, os compostáveis cresceram muito, que era uma opção, uma alternativa a você poder adquirir essa sacola plástica no supermercado. Obviamente, a Abicom é a favor da economia circular, colocando que primeiro você reutiliza, recicla, não incentiva o uso do plástico, seja ele de fonte fóssil ou de fonte renovável. A ideia é reduzir mesmo a utilização máxima possível, mas existem aplicações como sacolas plásticas de supermercado; sacos de coleta de resíduos orgânicos; e itens descartáveis de uso único, que estão sendo banidos em vários lugares do mundo, que faz sentido utilizar e ser substituído pelos polímeros biodegradáveis, compostáveis.

E uma das preocupações que temos visto com relação às leis é que menciona biodegradável. Não menciona apenas compostável. E isso dá uma margem muito grande para os aditivos oxidodegradáveis – muito bem mencionado pela Lara na sua apresentação – e cada

vez mais, frequentando bares e restaurantes, são oferecidos esses canudos feitos com plástico convencional e aditivados com esse material, que realmente fragmenta e contribui para o aumento da poluição plástica, que ainda é pior. Aquela pouca parcela que pode ser reciclada, ainda prejudica a reciclagem.

Então venho aqui representando a indústria de biopolímeros compostáveis, dar apoio à legislação, à Câmara e a todos os atores da sociedade, em instruir, educar, informar realmente a importância de se utilizar e substituir pelo biodegradável compostável – que é o único certificado e tem certificação tanto internacional como nacional, que garante a biodegradabilidade em até seis meses no ambiente de compostagem. E tentar promover, de alguma forma, junto à Câmara, uma apresentação que mostra os malefícios dos aditivos oxibiodegradáveis, que vêm crescendo muito com relação à utilização na medida em que a sociedade busca produtos mais sustentáveis. E muitas empresas, ou por falta de conhecimento ou por custo, acabam migrando para essa solução que não é a correta e é muito perigosa para o meio ambiente e para toda sociedade.

Deixo aqui a nossa disponibilidade como associação a todos os presentes, unindo forças para que, realmente, consigamos ter um futuro e contribuir para a educação ambiental – muito bem colocado pelo Vereador Xexéu – e poder, juntos, colaborar com a informação correta e se for possível projetos de lei que, seguindo outros países, possam banir definitivamente esses adjetivos que provocam a degradação, fragmentação e liberação de microplásticos para o ambiente.

Agradeço novamente a oportunidade. Parabênzo a Comissão de Meio Ambiente e Direito dos Animais pela iniciativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, Karina pela sua colaboração e pela sua presença. É importante estarmos sempre juntos para tentar encontrar soluções conjuntas.

Muito obrigado pela presença.

Gostaria agora de partir para os inscritos. Há a inscrição da Mariana Sales.

Com a palavra, Mariana Sales.

A SRA. MARIANA SALES – Bom dia, Sr. Presidente, Lara. Bom dia a todos os presentes. Serei breve. Sou cidadã, eleitora do Vereador Xexéu e também *designer* de produtos. Por isso fiquei ainda mais próxima das pautas, especialmente a do plástico. E hoje, na realidade, eu estou presente. É a minha primeira audiência pública, em razão desse senso de responsabilidade.

Eu sinto que dentro da cadeia da categoria dos *designers* de produtos deixamos de nos preocupar com o final dos produtos que estavam sendo projetados pelo mundo. Levantamos um bocado sobre responsabilidade e é um pouco nessa posição que eu vim aqui hoje compartilhar com vocês. É uma dificuldade, sendo *designer* de produtos, a gente conseguir realmente, na prática, colocar os conceitos de sustentabilidade, toda a preocupação com o lixo plástico, com os resíduos plásticos. Na hora de projetar uma nova embalagem há uma série de empecilhos práticos, uma série de legislações que ditam como as embalagens devem ser armazenadas, como elas devem ser colocadas nos supermercados, e não temos essa mesma preocupação legislativa com o descarte final dos produtos que projetamos das embalagens.

É isso, prazer, e obrigada pela aula do Ademilson e da Lara.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito legal, Mariana, obrigada pela sua presença, pela sua palavra, é importantíssimo pensar, eu sempre falo isso, muitas vezes jogamos a conta na população que tem de mudar o hábito, mas eu acho que a iniciativa da indústria da mudança de *design* de embalagens é para ontem.

Eu gostaria agora de pedir a palavra do Waldir Agnello, chefe de gabinete da Secretaria de Mudanças Climáticas, que acompanhou a nossa apresentação da Oceana. Obrigado, Agnello, pela sua presença, a palavra é sua.

O SR. WALDIR AGNELLO – Obrigado, Vereador Xexéu, quero cumprimentá-lo e também o nobre Vereador Alessandro Guedes, a nobre Vereadora Soninha Francine e a nobre

Vereadora Ely Teruel, pelo que anotei aqui são esses os participantes dessa Audiência, seja por vídeo ou presencialmente dos legisladores da Câmara Municipal.

Vereador Xexéu, muito me traz satisfação em participar desse debate, juntamente com vocês. Ouvi atentamente aqui as apresentações e quero inclusive parabenizar a Oceana, na pessoa da Lara e do Ademilson. Muito bom o conteúdo que vocês compartilharam conosco. De fato, é enriquecedor, muito instrutivo, e quero receber sim esse material. Espero que vocês consigam enviar para nós, porque podemos reproduzir isso em grande escala para o nosso círculo de contatos. Parabéns pelo trabalho que vocês vêm realizando.

Reforço a palavra do Secretário Antonio Fernando Pinheiro Pedro e também do Secretário Rubens Rizek, que nos acompanha também e pede o *feedback* desta audiência sobre o apoio técnico da Seclima e também da Secretaria de Governo por parte do Executivo. Tenho certeza de que o Prefeito não negará qualquer esforço que o Executivo possa fazer para resolver essa questão.

Gostaria de pedir licença ao nobre Vereador e aos participantes para fazer uma provocação. Acho que há muito tempo estamos ouvindo falar a respeito de atitudes corretas de grupos organizados dizendo que precisamos ter um consumo consciente, reduzir o nosso consumo de plásticos e a pergunta que eu faço nessa provocação é: “Será que estamos vencendo essa batalha ou estamos sendo vencidos por ela?”. Os números que estão postos aí mostram que ainda há muito o que se fazer. Fico intrigado de ver como, apesar dos esforços de algumas entidades e da sociedade civil, parece que estamos enxugando gelo. Será que não está na hora de repensar as nossas ações? Estamos de fato usando a receita correta? O que fazer nós já sabemos. O Vereador Xexéu já nos lembrou os cinco erres: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. Desde muito tempo, há duas décadas, vemos ouvindo esse tipo, aliás, eram quatro erres, depois acrescentaram e pode ser que outros venham a serem acrescentados. De novo a pergunta: será que, de fato, estamos conseguindo vencer essa batalha? Como fazer? A gente precisa fazer essa autocrítica, somos atores, agentes de mudanças da sociedade e eu fico pensando enquanto ouvia aqui o que podemos fazer para

inovar nessa questão. Pensar em outras formas de reduzir esse consumo.

O Rodrigo Marinheiro, da Apas, falou algo bastante interessante. No final de semana passado eu fui ao supermercado e quero ilustrar algo que vivi. Tinha lá uma caixa de ovos grandes e estava com uma inscrição muito bonita, colorida, inclusive: “Eu fui utilizado para trazer os ovos até aqui. Agora você pode me utilizar para levar suas compras para casa”. Achei uma sacada muito legal essa de um produtor de ovos que usou a embalagem para levar várias dúzias de ovos até o supermercado fazer um apelo na embalagem dele para que o consumidor final deixe de utilizar a sacolinha plástica e já utilize aquela embalagem que iria para o lixo. Achei uma sacada bem legal. Se pensarmos naquela corrente de produtor, distribuidor e consumidor, trabalhar com acordos setoriais, poderemos avançar ainda mais na direção da redução do consumo. Há a famosa regra de Pareto que diz que 80% dos efeitos podem ser somente 20% da causa. Então, de repente, precisamos usar uma lente, botar nosso foco onde estão os maiores geradores e trabalhar com esse pessoal, com logística reversa e outros conceitos mais que nós estamos carecas de saber.

Outra provocação, deixo para o Executivo e o Legislativo pensarem: “Será que vamos continuar cobrando do município alguma coisa como separar o próprio lixo, consumir menos; ou será que vamos fazer, como alguns países, que premiam aqueles que geram menos?”.

São provocações para sairmos do campo poético – mas não que esteja acontecendo isso – e partirmos para ações mais contundentes. Acho que o Poder Público tem, sim, que premiar aquele que gera menos. Essa é uma forma de incentivo. Conheço um case na Espanha em que as pessoas têm um cartão magnético num determinado bairro. Toda vez que o coletor passa e há lixo reciclável, ele lê aquele cartão. Depois, no final do ano, é feita uma conta, e quem gerou menos acaba tendo abatimento em impostos. É um abatimento mínimo, mas é um incentivo. Hoje pensamos em comprar a sacola no mercado, aí o cliente deixa de gastar a sacolinha. É uma questão de imprimir um ritmo mais forte na educação para um consumo mais responsável.

Para finalizar, a meu ver, precisamos de uma conjugação de esforços para vencermos essa luta. Sociedade civil, organizações, Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, academia, pesquisadores, imprensa e educação em todos os níveis. Porque falamos muito em educar a criança, mas temos também que educar os universitários, precisamos levar esse tema a todos os níveis de educação.

São essas as minhas considerações, Vereador. Eu o parabenizo pela iniciativa e me coloco à disposição não só como agente do Executivo, mas também como cidadão nessa luta. Muito obrigado pela participação de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, Agnello, pela presença e por colocar questões fundamentais. A provocação foi feita, falarei um pouco dela no final para não atrapalhar o encaminhamento da reunião. Agradeço muito sua colaboração.

O Rodrigo gostaria de dar uma palavrinha. Só lhe peço que seja breve pois temos até às 13 horas para finalizar a reunião e ainda faltam respostas. Com a palavra, Rodrigo Marinheiro.

O SR. RODRIGO MARINHEIRO – Serei breve, Vereador. Obrigado pela palavra. Só para contextualizarmos a importância de trabalharmos de forma a conduzir a sociedade. Recordo-me que, no ano passado, foi aprovado em primeira votação – felizmente, não voltou ao Plenário – o PL 274, que reintroduzia as sacolas plásticas no município de São Paulo, aprovado pela maioria dos Srs. Vereadores. Trabalhamos para que esse projeto não voltasse ao Plenário e sei que os senhores aqui presentes também trabalharam nesse sentido.

Vejam como isso é importante, e dá medo. Na semana passada, tivemos o acórdão de setenta projetos de lei aprovados de uma vez só. Aquilo é uma loucura, pode passar um monte de coisas. Então, é bom a gente criar mecanismos para proteger a sociedade, a verdade é essa. E um ponto importante é trabalharmos legislações em que possamos ficar à frente e conduzirmos a sociedade. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, há dois anos é proibida qualquer comercialização de sacolas plásticas. Isso está acontecendo também no Distrito Federal, e o município de São Paulo há dez anos não foi nem a primeira cidade do Estado de

São Paulo, fomos a segunda. Vejam: quantas cidades São Paulo tem no seu entorno? Como eu disse, em relação ao Rio Pinheiros, quando falava sobre poluição: como é que ele chega através do Rio Jurubatuba, poluído? Ele se forma já poluído por sacolas plásticas.

Então, é interessante acompanharmos esse tema. São pautas que nos interessam bastante. Temos a preocupação de deixar um setor mais forte e um mundo melhor para as próximas gerações, um setor que é essencial para a sociedade. Não nos furtamos às nossas responsabilidades de atuar junto com os senhores. Então, os senhores tenham na Associação Paulista de Supermercados – Apas um forte aliado para seguirmos a pauta do desenvolvimento sustentável. Podem contar conosco. Muito obrigado pela palavra, Sr. Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, Rodrigo. Vou comentar ao final para não demorar mais. Eu gostaria de pedir que a Lara pudesse fazer seus comentários finais sobre os questionamentos da sempre Vereadora Soninha e colocar a palavra final para que possamos fazer o encerramento.

A SRA. LARA IWANICKI – Obrigada, nobre Vereador Xexéu Tripoli. Eu tenho aqui três perguntas da Sra. Soninha. Vou tentar responder rápido. O primeiro ponto que ela questiona é se existem estudos de onde vem o plástico que chega ao mar. Existem estudos científicos sim. As evidências mostram que as principais fontes são terrestres. Praticamente 80%, 85% do plástico que está no mar tem fonte terrestre. Isso chega por meio de lixões a céu aberto. No Brasil, há mais de mil lixões a céu aberto. Aquilo não tem nenhum tipo de contenção. Então, o plástico acaba sendo disperso no ambiente. Isso chega ao córrego, chega ao rio e é levado. As bacias hidrográficas têm um papel bastante importante no transporte desses resíduos até o mar.

É interessante também que o plástico que chega às praias vem de outros países também. Há um pescador que é bastante próximo da Oceana, e ele coleta os resíduos plásticos, e já mostrou inclusive embalagens que vêm de países asiáticos, como China, e ele vai fazendo uma coleção disso, para mostrar que, de fato, não há fronteiras.

Isso me leva a um ponto que o Sr. Rodrigo mencionou aqui, sobre a importância de outros municípios – não somente os litorâneos. Que eles tenham leis mais restritivas, porque o plástico vem das bacias hidrográficas e dos rios. Mesmo quem está no centro do País, longe do litoral, também acaba contribuindo para esse tipo de geração de resíduos e poluição. Então, é importante que, nos demais municípios, as pessoas se sintam responsáveis por isso.

Sra. Soninha, também concordo contigo. Eu tenho certa crítica com relação a produtos que são feitos a partir do plástico do oceano. Eu acho que há um apelo muito forte aí de mar. Também aproveitam um pouco dessa onda de conscientização, que tem surgido na mídia. Essa não é a solução. É claro que é preciso tirar também o plástico que está no mar, mas, quando ele chega ao mar, já começa a perder qualidade, porque há ação da água do mar e há ação da luz solar; e aquilo tudo vai degradando o plástico, de tal forma que ele não consegue ser reaproveitado.

Então, se o plástico já é um material que tem limitação, em termos de reciclagem, diferente do alumínio e do vidro, que podem ser reciclados infinitamente, vai ter uma limitação de duas a três vezes; e ele vai perdendo qualidade. O plástico que vem do mar é pior ainda, porque ele já perdeu, já sofreu. Há falta de degradação. Enfim, a qualidade é muito mais baixa.

Então, isso impede que esse tipo de solução seja feito em escala, e acaba distraído também o que deveria ser a solução real, que é a gente pensar em redução, em seguir a ordem hierárquica do que diz a própria política nacional de resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem e destinação final.

Então, a minha crítica é justamente essa. A gente acaba desfocando do que tem que ser a solução principal; e é um caminho sem volta. Os senhores viram aqui que são diversos países que já estão adotando esse tipo de medida, e entrando mais profundamente na economia circular.

Acho muito interessante também a provocação feita por Sr. Waldir. Muito obrigada. A gente tem que pensar muito em incentivos. Há muitos países que, em vez de fazer banimento, estão aprovando taxas que desestimulam o consumo de itens descartáveis. O

senhor citou a Espanha, a Noruega e outro país, que dão incentivos para quem não consome, para quem reduz o seu consumo de plástico descartável.

Eu acho que é muito interessante a gente se inspirar nesses exemplos internacionais e ver que está funcionando não só em países desenvolvidos, mas também em países em desenvolvimento. Os senhores viram no mapa que há vários países da África que têm IDH baixíssimo e estão aprovando legislações tão restritivas quanto países desenvolvidos. Então, acho que é bastante interessante a gente pensar nisso.

Há uma discussão que precisa ser feita, que são os desafios regulatórios. A Sra. Mariana colocou o desafio de se pensar no *design* da embalagem. Isso também está associado aos desafios regulatórios, por exemplo, com a Anvisa, que limita a utilização de certos materiais para, por exemplo, acondicionamento de alimentos.

Então, isso precisa ser vencido, e aí novamente é importante a gente se inspirar em experiências internacionais e ver como outros países enfrentaram esse tipo de desafio regulatório, como eles estão oferecendo esse tipo de embalagem.

Sr. Presidente, eu agradeço a participação e o convite. A gente também tem bastante conteúdo, conhecimento e experiência nesse sentido, e coloco a Luciana, no suporte técnico, à disposição também.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Lara, muito obrigado sempre pela ajuda e pela colaboração. Estamos conectados, para que possamos evoluir cada vez mais.

Tem a palavra o Sr. Ademilson Zamboni, e já agradeço a presença da Oceana.

O SR. ADEMILSON ZAMBONI – Nós temos duas questões de fundo colocadas aqui. A Sra. Lara elencou e detalhou algumas delas. Há duas questões. A primeira responde um pouco essa percepção que o Sr. Waldir colocou, se a gente está seguindo o caminho correto. É um convencimento de que isso que é descartável é essencial. Isso passa por um processo grande de desinformação; e não é uma desinformação orgânica que aconteceu. Não, é fomentada essa desinformação. Existe um trabalho de reforço da ideia de que esses itens, na verdade, são absolutamente inúteis na nossa vida. São essenciais.

Nós temos de construir essa questão. Isso foi o que, na verdade, a Karina colocou com muita clareza. A presença dos aditivos, por exemplo, que estão ligados à oxidegradação, é para as pessoas. Então é muito simples confundir o oxibiodegradável com o biodegradável e o degradável e, assim, por diante. Esse problema é muito sério.

E vou te dar um exemplo também do que a gente imaginou que pode ser alternativo. O ramo corporativo, e aí também serve para uma discussão, que o próprio Rodrigo colocou, é importantíssimo. Se vocês virem, há pouco tempo, nós acabamos até de lançar uma campanha, que é Delivery de Plástico – voltada para as empresas de delivery – e o *iFood* assumiu um compromisso público, o *iFood*, aliás, representa 70% desse mercado, e assumiu esse compromisso público de redução de itens, como um elo mais forte dessa cadeia de comida, principalmente.

Mas vejam: também conectando com que a Soninha colocou, tem a ver com a imagem corporativa. Tem a ver com isso e com o negócio desse pessoal. Também tem isso, claro. Faz parte. É um negócio, tem emprego, gera renda, está tudo perfeito, funciona assim. Vamos só adequar esses negócios a uma realidade que até o consumidor está pedindo.

Enquanto nós vemos, por exemplo, iniciativas como essa, do setor de cosméticos eventualmente, eu concordo com a Lara: é uma distração e isso não dá conta em nada no que tange à solução desse problema.

Então nós passamos por várias possibilidades de ação que vão desde o incentivo às práticas sustentáveis em várias frentes, especialmente no corporativo. E aí, Rodrigo, te sugeriria algo, tenho visto em outros países também, é que as grandes redes de supermercado têm colocado as embalagens de não plásticos nas primeiras gôndolas. Não depende de regulação isso. Ou mesmo, esses supermercados, em outros países, têm incentivado os retornáveis. Isso é algo bem interessante de se fazer que tenham conteúdo didático e também uma função econômica.

Na Alemanha, por exemplo, você devolve – retorna – uma garrafa retornável, de plástico ou de vidro, e você ganha xis centavos, que você pode usar em compras no próprio

estabelecimento, gerando créditos. É muito simples fazer isso também. É bom pensarmos nas saídas que existem.

E, por fim, gostaria de concluir dizendo que essa é uma luta longa, nós sabemos disso, como foi com o tabaco, como foi com tantas outras lutas importantes que a sociedade enfrentou, tem de ter algumas lideranças, estamos aqui como apoio técnico para essas questões; entendemos o ambiente da vanguarda do retrocesso do ponto de vista ambiental – é isso mesmo –, vanguarda do retrocesso, vanguarda do atraso, do ponto de vista ambiental. Repito. E isso se reflete absolutamente no Congresso Nacional, temos consciência disso. E, aliás, se vocês se lembrarem do meu primeiro *slide*, o Congresso iluminado, pois fizemos uma ação no Dia Mundial dos Oceanos mostrando a importância dos oceanos e a importância de se ter uma lei nacional que bane o plástico de uso único. Isso não foi por acaso, mas foi muito difícil, até para fazer isso.

Portanto, temos clara ideia do que vamos encontrar, mas conclamamos todas as pessoas que tenham essa preocupação, que sejam indivíduos, que sejam organizações, as instituições, do terceiro setor, enfim, os parceiros que se envolvam nessa causa.

E, mais uma vez, obrigado, Xexéu por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado, agradeço em seu nome todo o time da Oceana aqui no Brasil que trouxe para nós esse material superimportante.

Eu já agradeço, aqui, uma área que, de novo, atua para salvar a gente, que é a Ciência. Enquanto não entendermos que a Ciência é a base para que tomemos o rumo certo no caminho, para tudo, porque não existe mais possibilidade de termos ‘achismo’, do tipo, ‘acho que isso é melhor, ou aquilo é melhor’. Nós tivemos, agora, está tendo, uma comprovação fortíssima do quanto a Ciência é importante nas nossas vidas, que foi com a Covid-19.

E nessa área da poluição dos oceanos, ou das mudanças climáticas, quem consegue trazer para nós os subsídios para que possamos mudar os nossos hábitos, mudar nossas leis, enfim, fazer o que pudermos como humanos, é a Ciência. Então agradeço aos

cientistas e peço a todos os governos do planeta que invistam na Ciência. De cara eu posso dizer isso.

Eu fiz algumas anotações para que possamos encerrar. Sobre todas as falas, vou misturar um pouco as questões, mas acho importante destacar algumas coisas. Por exemplo: sobre os oxibiodegradáveis, isso é algo que – vou dizer agora – precisamos acabar. O que a indústria criadora desse tipo de produto quer, na verdade, é enganar a população, ela quer enganar o meio ambiente. Quem produz isso sabe o que está produzindo. Veja: continua sendo um plástico como a resina – um canudo de plástico, por exemplo – é feito com uma resina que, em determinada temperatura, em determinado solo, demora, ao invés de quatrocentos anos para se degradar, talvez uns cinquenta ou até vinte anos. Mas ela se torna, ainda assim, um microplástico poluindo o solo, poluindo os oceanos, a água, enfim, é muito pior. Então, quem fabrica isso e o coloca no mercado como uma solução sabe o que está fazendo. Esse tipo de indústria tem de ser rechaçado pela opinião pública; temos de fazer campanhas para que não se compre produtos dessas empresas, pois estão enganando a população e o meio ambiente, querendo enganar, né, porque acabam trazendo esse lixo.

Falar sobre todas as leis; aliás, falar sobre todas as leis. A gente aqui em São Paulo... Se vocês perceberem, as minhas leis de proibição não são referentes à venda. Nós não podemos legislar em algumas áreas como venda, sobre questão econômica, porque são esferas estaduais e federais. As minhas leis proíbem o fornecimento, e nós conseguimos achar um caminho para que a Cidade pudesse ter essa lei aprovada.

Eu gostaria muito que nós não necessitássemos de leis; São Paulo tem mais de duas mil leis, é muita coisa. Sempre que se fala numa lei, é um regramento, é algo que, talvez, nós não precisássemos se não tivéssemos chegado ao ponto em que chegamos. Como eu sempre digo, as leis têm a função educativa para que nós possamos discutir esse assunto.

Quando eu lancei a primeira lei sobre os canudos, eu tive amigos e eleitores me perguntando se eu não tinha mais o que fazer, me questionando a proibição de canudos numa cidade cheia de problemas como São Paulo. Hoje as pessoas já têm um pouco mais de

entendimento. Há muitas leis na Cidade que nós não conseguimos que sejam mais fortes, mais rígidas e que deem tempo para que todo o mercado, o cidadão e a indústria se adaptem. Nós sempre pensamos nisso; nós nunca pensamos em trazer problemas para as indústrias nem somos contra elas, que são fundamentais nas nossas vidas, assim como o comércio, pois geram empregos. Nem preciso comentar sobre isso.

Sobre a lei de 2011, a das sacolas, na minha opinião, ela foi muito bem-vinda e é ótima, mas, na regulamentação, ela cedeu à pressão da indústria. Vamos ser claros: o argumento era que, cobrando-se de cinco a oito centavos, o pessoal ia recusar a sacola, mas isso virou uma normalidade, assim como nós estamos acostumados a ver coisas ruins se tornando normais para nós, a exemplo de assaltos e mortes. Por exemplo, no começo da pandemia, dez mil pessoas morreram de Covid. “Nossa, dez mil pessoas!” Hoje já são mais de seiscentas mil pessoas mortas por Covid, e nós nos acostumamos com isso. O brasileiro tem essa tendência de se acostumar com a tragédia.

Portanto, eu acho que essa lei acabou sendo inócua, porque hoje, nos supermercados, as pessoas consomem, pagando-se ou não pela sacola. Aliás, elas nem percebem que pagam cinco a oito centavos, e não muda nada e não diminui.

Respondendo ao Rodrigo, que disse que não sabe por que não passou por segunda votação a lei da volta da distribuição gratuita, muito respeitosamente, eu digo que ela é muito ruim, e por isso que ela não voltou para a pauta. Ela foi feita por um vereador que trabalha com pequenos comerciantes, e ia prejudicar muito essa categoria. Porém, o autor da lei não entendia quando esses pequenos comerciantes tinham a casa alagada numa enchente, e muitas vezes é por causa da poluição. É por isso que nós não podemos voltar a usar esse produto e nós temos que pensar como substituí-lo.

Volto a dizer com a maior tranquilidade que o produto plástico nos supermercados não é culpa dos supermercados. O que nós precisamos é rever os nossos hábitos, e eu acho que essa lei não voltou à Câmara Municipal porque ela autorizaria novamente a distribuição gratuita de sacolas de plástico antes de 2011, e nós sabemos que nada é gratuito e é

distribuído um valor geral para todos os produtos para que o valor da sacola passe despercebido. Agora nós temos que pensar à frente, pensar como nós vamos diminuir o uso de plástico no planeta.

Eu já falei que as leis são propulsoras de mudança de hábitos. Seria maravilhoso que a própria indústria tomasse a iniciativa, e há algumas fazendo isso, como o próprio Zamboni comentou. A *iFood*, por exemplo, está fazendo um trabalho de regeneração da sua imagem, que estava muito ligada a entregadores, e hoje a empresa tem um time de sustentabilidade. Há muita coisa acontecendo não só com essa empresa, mas também com várias outras indústrias, que têm a preocupação real com a questão ambiental e estão procurando, na Ciência e em outros setores, alternativas para mudar essa situação.

Basicamente era isso. Eu acho que é sempre importante darmos um passinho à frente com qualquer tipo de instrução, de conversa e debate sobre o tema. Nós da Câmara Municipal, o meu time e eu, estamos totalmente abertos a receber todas as colaborações que o Legislativo possa vir a dar a fim de que nós tenhamos um país e um planeta melhores para as próximas gerações.

Muito obrigado a todos pela presença, aos convidados, aos participantes inscritos e a todos os que assistiram a esta reunião. Que consigamos, mesmo a passos de formiga, fazer com que esse entendimento chegue bem longe.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Boa tarde a todos.